

Formação Superior Militar: *A Inserção da Mulher Estrangeira na Escola Naval*

Hercules Guimarães Honorato ¹

Resumo: A Escola Naval recebeu, em 2021, a primeira mulher estrangeira da Namíbia para a formação superior militar. O objetivo deste artigo é analisar o que essa jovem estudante e migrante experimentou na (con)vivência diária, bem como suas dificuldades de adaptação à cultura local, à barreira linguística e à vida acadêmica e militar. Este estudo é de abrangência qualitativa e a coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada. Em relação às análises e discussão resultando da entrevista podemos destacar os seguintes óbices e desafios iniciais: o desconhecimento do que seria o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro; a barreira da língua, pois não falava o português, importante para a sua vida social e escolar; dedicar-se a ultrapassar a sua timidez, em especial no relacionamento com os demais discentes; e ser acolhida pelo ecossistema da instituição, visto que está distante há mais de três anos seus parentes e amigos.

Palavras-chave: Escola Naval; Formação Superior Militar; Inserção da Mulher Estrangeira; Migração Temporária.

Higher Military Education: The Insertion of Foreign Women in the Naval Academy

Abstract: In 2021, the Naval Academy welcomed the first foreign woman from Namibia to enroll in military higher education. The objective of this article is to analyze what this young student and migrant experienced in her daily life, as well as her difficulties in adapting to the local culture, language barrier, and academic and military life. This study is qualitative in scope, and data collection was conducted through a semi-structured interview. Regarding the analysis and discussion resulting from the interview, we can highlight the following initial obstacles and challenges: lack of knowledge about Brazil and the city of Rio de Janeiro; the language barrier, as she did not speak Portuguese, which is important for her social and academic life; overcoming her shyness, especially in her relationships with other students; and being welcomed by the institution's ecosystem, given that she has been away from her relatives and friends for more than three years.

Keywords: Naval School; Higher Military Education; Integration of Foreign Women; Temporary Migration.

Formación superior militar: La incorporación de mujeres extranjeras en la Escuela Naval

Resumen: En 2021, la Escuela Naval recibió a la primera mujer extranjera de Namibia para cursar estudios superiores militares. El objetivo de este artículo es analizar lo que esta joven estudiante y migrante experimentó en la convivencia diaria, así como sus dificultades para adaptarse a la cultura local, la barrera lingüística y la vida académica y militar. Este estudio es de alcance cualitativo y la recopilación de datos se realizó mediante una entrevista semiestructurada. En relación con los análisis y la discusión resultantes de la entrevista, podemos destacar los siguientes obstáculos y desafíos iniciales: el desconocimiento de lo que sería Brasil y la ciudad de Río de Janeiro; la barrera del idioma, ya que no hablaba portugués, importante para su vida social y escolar;

¹ Professor e militar aposentado. Ex-Professor da Escola Superior de Guerra e da Escola Naval, Rio de Janeiro, Brasil. Mestre em Educação. Especialista em Gestão Internacional, MBA em Logística e Docência do Ensino Superior. Bacharel em Ciências Navais com habilitação em Administração pela Escola Naval. Grupo de Pesquisa Educação, Diversidade e Direitos Humanos - GPEDH do Instituto Federal de Educação de Mato Grosso do Sul (IFMS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7340-1532>, e-mail: hgbhbm@gmail.com

dedicar-se a superar sua timidez, especialmente na relação com os demais estudantes; e ser acolhida por el ecossistema de la institución, ya que lleva más de tres años lejos de sus familiares y amigos.

Palabras-clave: Escuela Naval; Formación Superior Militar; Incorporación de Mujeres Extranjeras; Migración Temporal.

1 INTRODUÇÃO

“As mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser humano.” (Beauvoir, 1967, p. 7).

A epígrafe acima foi retirada do primeiro parágrafo do livro Segundo Sexo: a experiência vivida, escrito pela francesa Simone de Beauvoir, entre os anos de 1946 e 1948, com publicação inicial em 1949. A autora vivia numa época pós Segunda Guerra Mundial e presenciou a recuperação de seu país, que fora dominado e dividido pelas potências em conflito. Poderíamos trazer e contextualizar a frase para os dias atuais, pois a luta pelo reconhecimento da mulher como força produtiva emancipada e participante ativa da sociedade contemporânea ainda é intensa e recente.

O ambiente militar, característico e reconhecido por ser um território de homens, principalmente por envolver atividades de risco, força e de forte rigor da disciplina, trazendo em seu bojo uma relação atual de inclusão da mulher, mas que nem sempre é de equidade de oportunidades dentro das diversas áreas de sua profissionalização. Carreiras (2004, p. 91) argumenta que, apesar dessa tentativa atual de “[...] equalização estatutária entre militares de ambos os sexos, persistem ainda diversas restrições ocupacionais e as mulheres continuam maioritariamente excluídas de funções relacionadas com o combate”.

A sétima arte nos apresenta um exemplo recente que a inclusão de mulheres em profissões que originariamente eram masculinas é destacada. Em 1986 foi lançado Top Gun: ases indomáveis, um filme de ação em que todos os oficiais, que estavam cursando para serem pilotos na Academia Top Gun, eram homens, e a única mulher, de apelido 'Charlie', era a namorada do ator Tom Cruise, representado na figura do tenente Pete 'Maverick' Mitchel. No filme lançado em 2022, intitulado Top Gun: Maverick, com o mesmo protagonista, depois de 36 anos do lançamento do filme original, aparece a piloto Natasha

‘Phoenix’ Trace, interpretada pela atriz Monica Barbaro, uma das quatro pilotos aprovados por sua competência para ser uma futura Top Gun.

Caminhando pelas conquistas, nem sempre apresentadas claramente, das mulheres militares, poderemos destacar que há 46 anos, em 1976, as primeiras 81 cadetes mulheres foram admitidas na Academia Naval de Annapolis, Estados Unidos. Elizabeth Anne Belzer Rowe foi uma das pioneiras da primeira turma formada em 1980, que descreveu que “Muitos de seus colegas do sexo masculino cruzaram a linha do trote ao assédio por atos como colocar repetidamente ratos mortos nas caixas de correio de suas colegas do sexo feminino ou insultar a feminilidade das jovens”. O reconhecimento dos pares é muito importante, no sentido de pertencimento ao coletivo laboral, ao espírito de corpo, sem discriminação e pré-conceitos.

Continuando ainda em Annapolis, um fato importante ocorreu em maio de 2004, quando o Vice-Almirante Rodney P. Rempt, comandante da Academia, alterou o seu tradicional hino Navy Blue and Gold, de 1923, afirmando que ocorreu involuntariamente a exclusão das mulheres. Na letra original foi retirado a palavra *man* (homem) depois de *sailor* (marinheiros), e a música passou a começar como “Agora as faculdades de mar a mar podem cantar cores verdadeiras. A terceira linha será: ‘Para marinheiros corajosos em batalhas justas desde os dias de luta’”. Os marinheiros corajosos agora seriam todos, mulheres e homens.

Honorato (2019, 2020, 2021), em seus estudos sobre a inclusão das mulheres nas Forças Armadas, em especial na Marinha, com foco na Escola Naval (EN), que foi iniciado em 2014, com a primeira turma de 12 mulheres Aspirantes integrantes do Corpo de Intendentes de Marinha (CIM), em seu primeiro artigo também apresentou a mudança ocorrida na música símbolo do corpo discente, os ‘Sentinelas dos Mares’, em que o seu aprendizado, enquanto calouro em 1979, foi utilizando o artigo flexionado “as”, não original, mas em algum momento do tempo histórico foi novamente alterado para ‘os’, e assim ficou até hoje: “[...] nós somos os sentinelas dos mares [...]”, independente de ‘sentinela’ ser um substantivo feminino e dá entrada das primeiras mulheres em seu Corpo de Aspirantes ter ocorrido em 2014.

A pesquisa com estudantes migrantes temporários especiais em IES militar também foi o tema abordado por Honorato em outros quatro artigos (2019, 2020). Desde 1956, a EN recebe jovens estrangeiros para a sua formação superior militar-naval, em especial de países do continente africano e do subcontinente centro-sul-americano. “A internacionalização da educação superior tem sua origem mais recente a partir da década de 1990, quando se inicia os processos de cooperação internacional e a expansão da sociedade do conhecimento [...]” (Honorato, 2020, p.151).

A junção desses dois temas - a inclusão das mulheres nas academias militares e a migração de estudantes temporários especiais - tornou-se o foco deste nosso atual estudo, visto que em 2020, a EN recebeu a primeira mulher estrangeira da República da Namíbia para a formação superior militar, em consonância com o Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia (ACNBN), assinado em março de 1994, que será tratado especificamente em seção posterior.

A justificativa deste estudo reveste-se de importância em relação a internacionalização da educação superior, visto que a característica especial do regime militar é de aquartelamento e ter um currículo único, o que difere em grande medida do que acontece com os demais estudantes estrangeiros em IES civis no Brasil, que escolhem seu trajeto formativo e também o seu local de morada.

Assim exposto, o objetivo deste estudo é analisar o que essa jovem estudante e migrante experimenta na (con)vivência diária, bem como suas dificuldades de adaptação à cultura local, à barreira linguística e à vida acadêmica e militar, em especial na construção de sua identidade social e individual. Este estudo não trata das migrações forçadas e do tema sobre refugiados. A questão de pesquisa foi: Quais os principais desafios, preocupações e óbices na visão de uma estudante migrante temporária especial em sua formação superior militar no Brasil?

2 METODOLOGIA

O nosso estudo é de abrangência qualitativa, que segundo Goldenberg (2004, p.18) é um atributo de um fato social, características de um caso concreto e que deverá ser

compreendido em sua singularidade, não generalizante, pois “[...] visa à compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto em que foram vivenciadas”. Essa autora ainda argumenta que a preocupação do pesquisador não deverá ser com a representação do número de sujeitos, mas com o aprofundamento da compreensão de uma trajetória, que em nosso estudo é de uma estudante estrangeira em uma IES militar.

A pesquisa é exploratória, que foi desenvolvida com a finalidade de proporcionar uma visão geral em relação ao objeto em questão, sendo, por conseguinte, considerada a primeira etapa de uma investigação mais ampla (Gil, 2009, p.27). Foi realizado um levantamento bibliográfico e outro documental, contando com o apoio da Secretaria Acadêmica da IES militar e do seu Serviço de Orientação Educacional e Psicológico (SOEP).

A pesquisa ainda é descritiva, que tem a finalidade de identificar como um fenômeno que existe, sendo uma de suas características mais significativas a utilização de técnicas de padronização de coleta de dados, como questionários e entrevistas por exemplo.

Como técnica qualitativa de coleta de dados, importante para o universo a ser pesquisado, foi escolhida a entrevista, que segundo Castro, Ferreira e Gonzalez (2013, p.37), “[...] consiste numa conversa intencional e é utilizada quando existem poucas situações a serem observadas ou quantificáveis, e ainda quando se deseja aprofundar uma questão”. O tipo de entrevista é a semiestruturada, onde foi aplicada um número pequeno de perguntas e continuando com algumas questões suscitadas e esclarecedoras das respostas anteriores. Goldenberg (2004, p.88) apresenta que uma das vantagens da entrevista é que “[...] as pessoas têm maior paciência e motivação para falar do que para escrever”. Como desvantagem, essa autora ressalta que é possível que o entrevistador afete o entrevistado, principalmente pela possibilidade de uma pressão funcional, visto que os dois autores e a respondente são militares.

3 UMA HISTÓRIA DE CONQUISTAS DAS MULHERES NAS FORÇAS ARMADAS

A história das mulheres nas Forças Armadas brasileiras não é antiga, a semelhança da entrada das primeiras catetes na Academia de Annapolis, como já participado na introdução

deste estudo, também é de 1980. O começo foi por intermédio de um Projeto de Lei do Senado (PLS), de 24 de outubro de 1979, do então Senador por São Paulo, Sr. Orestes Quércia, que tratava do ingresso voluntário de mulheres nas academias militares de nível superior e que foi julgado inconstitucional à época pela Comissão Constituição e Justiça (Brasil, 1979).

O Ministro da Marinha de então, Almirante de Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, aproveitando-se da ideia do PLS em questão, em consonância com o crescimento da Marinha com a aquisição no exterior e construção no Brasil das modernas Fragatas da Classe ‘Niterói’, entre outros meios operativos, e ao recém-inaugurado Centro Médico Naval do Rio de Janeiro, um complexo hospitalar que incluía também o Hospital Naval Marcílio Dias, vislumbrou a necessidade de incremento da força de trabalho da Marinha com uma mão de obra de nível técnico e universitário.

Dessa forma, com o escopo de liberar o militar operativo para as “atividades relacionadas diretamente com a preparação e o emprego do Poder Naval” (MENDES, 2010, p. 1), em 7 de julho de 1980, foi promulgada a Lei no 6.807, que criava o Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha (CAFRM), composto por um quadro de Oficiais e outro de Praças (Andrada; Peres, 2012). Foram concursadas inicialmente profissionais nas áreas de saúde e administração.

Em relação a formação superior militar, foi em 12 de janeiro de 2014 que as ‘pioneiras’ chegaram à Ilha de Villegagnon, para se apresentarem e iniciarem o período de adaptação, momento em que, pela primeira vez, haveria o contato entre homens e mulheres que estavam ali com o mesmo propósito, tornarem-se oficiais da Marinha. O quantitativo total de Guardas-Marinha (GM) formados desde a entrada das primeiras mulheres na EN, de 2018 a 2020, foram 634, sendo 32 GM do CIM, do sexo feminino. O percentual de mulheres em relação aos Aspirantes em 2014 era de 1,5%, sendo que a relação de total de formandos nesses três anos passou para 5%, um aumento considerado. Os percentuais podem ser, a princípio, insignificantes, mas demonstram que as conquistas, mesmo que sejam em números menores, podem representar vitórias comemoradas com o reconhecimento da igualdade completa entre os gêneros na formação superior da Marinha.

A Lei no 13.541, de 18 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha, proporcionou a possibilidade dos Corpos e os Quadros de Oficiais da Marinha do Brasil serem integrados por Oficiais de ambos os sexos (Brasil, 2017). A partir deste momento, desvelou-se a possibilidade de abertura dos Corpos da Armada (CA) e de Fuzileiro Naval (CFN) para as Aspirantes mulheres, até então somente no CIM. O primeiro concurso para a EN com essa possibilidade de escolha de Corpo foi realizado em 2019.

A Escola Naval, em 2022, conta com um total de 800 estudantes em seu Corpo de Aspirantes. Desse total, 46 são mulheres, perfazendo cerca de 6% de todo o alunado. Com a possibilidade de escolha dos Corpos da Armada (CA) e de Fuzileiros (CFN), além do CIM, a distribuição nos dois últimos anos de formação, quando a escolha é oficializada, ficou assim: 10 do CA, 3 (três) do CFN e 8 (oito) do CIM, um total no ano de 21 estudantes mulheres. O sujeito desta pesquisa está no segundo ano, junto com outras 12 mulheres Aspirantes, ainda sem opção de escolha de Corpo.

A Força Aérea Brasileira (FAB) admitiu o ingresso de mulheres em 1982, inicialmente em atividades administrativas e na área da saúde, similar ao realizado pela MB. Em 1996, o então Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Mauro Gandra, admitiu na Academia da Força Aérea (AFA) as primeiras mulheres em curso de formação superior, apenas para o quadro de Intendência. A partir de 2002, a possibilidade profissional das mulheres nessa Academia foi ampliada, com a opção, durante o concurso de admissão, para o ingresso no Curso de Formação de Oficiais Aviadores, que, segundo Santos (2006, p. 38), “destina-se a aumentar a participação feminina no curso, compensado o fato de que não há vagas para mulheres na Escola Preparatória de Cadetes do Ar, de onde provém a maior parte dos Cadetes Aviadores da AFA”.

A AFA recebeu, em 2008, a primeira cadete estrangeira da República Dominicana em seu curso de formação de Oficiais Intendentes. Em 2013, a equatoriana Jazmin Estefania Pérez Cobos começou o curso para se formar piloto, o que ocorreu em 7 de dezembro de 2016, quando um total de 117 cadetes aviadores completaram o curso, sendo ela a única piloto mulher formada. “Foram quatro anos de muito aprendizado. Tive a oportunidade de

conhecer a cultura brasileira e formar uma família que me apoiou e auxiliou em todos os momentos. Hoje, tenho orgulho de ser Oficial da FAB” (Alves, 2020, np), conta a equatoriana Jazmin ‘Prajna’ Cobos. Atualmente, essa IES militar tem uma dominicana cursando o 3º ano do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV).

Não obstante, foi criado no Exército Brasileiro, um Quadro Complementar de Oficiais em 1990. “Diferentemente da Marinha e da Aeronáutica, as mulheres ficaram reunidas num quadro à parte, foi criado o Quadro de Oficiais Auxiliares, composto por homens e mulheres, para o exercício de funções técnicas” (Andrada; Peres, 2012, p. 36). Em 2017, ocorreu a entrada de 40 mulheres para formação superior, inicialmente na Escola Preparatória de Cadetes do Exército. Em 27 de novembro de 2021, foram formados 391 Aspirantes na AMAN, sendo 23 mulheres, na Linha de Ensino Militar Bélico, ou seja, cerca de 6% do total de formandos.

O quadro 1 a seguir apresenta a história da incorporação de mulheres militares explicitando as principais formas de ingresso do Corpo Feminino, que representaram marcos históricos e legais, e seus respectivos anos de admissão, bem como os quadros e corpos que foram constituindo ao longo de suas carreiras militares.

Quadro 1 - Admissão das Mulheres nas três Forças Armadas

FORÇA	MARINHA	FORÇA AÉREA	EXÉRCITO
ANO DE ADMISSÃO	1980	1982	1992
QUADRO / CORPO	Corpo Auxiliar Feminino da Reserva	Corpo Feminino da Reserva	Quadro Complementar de Oficiais
MARCO LEGAL	Lei nº 6.807, de 1980	Lei nº 6.924, de 1981	Lei nº 7.831, de 1989
ANO DE ADMISSÃO	2014	1995	2017
QUADRO / CORPO	Aspirantes da Escola Naval Intendência	Cadetes da Academia da Força Aérea Intendência	Cadetes da Escola Preparatória de Cadetes do Exército
MARCO LEGAL	Lei nº 12.704, de 2012	Aviso ministerial nº.006/GM3/024, de 1995	Lei nº 12.705, de 2012
ANO DE ADMISSÃO	2019	2003	2018
QUADRO / CORPO	Aspirantes da Escola Naval Armada e Fuzileiros Navais	Cadetes da Academia da Força Aérea Pilotos	Cadetes da Academia Militar de Agulhas Negras

MARCO LEGAL	Lei nº 13.541, de 18 de dezembro de 2017	Portaria nº 556T/GC3, de 2002	Lei nº 12.705, de 2012
------------------------	---	----------------------------------	------------------------

Fonte: Ministério da Defesa²

Seguindo na vanguarda, a MB brilhou no contexto histórico quando, em 2012, promoveu a Dra. Dalva Maria Carvalho Mendes ao posto de Contra-Almirante, sendo a primeira mulher a atingir o mais alto cargo da profissão militar no Brasil. Em 2018, a engenheira Luciana Mascarenhas da Costa Marroni também foi promovida a Contra-Almirante. Continuando nas águas da Marinha, em 2020, foi promovida a Brigadeiro a médica Carla Lyrio Martins. Outras notícias como a participação de militares brasileiras em missões de paz da ONU, por exemplo, reforçam o ideal da inclusão das mulheres nas Forças Armadas brasileiras.

Em um estudo realizado, em 2017, pelo Instituto Igarapé, Mito x realidade: mulheres nas Forças Armadas, alguns mitos sobre a entrada de mulheres nas Forças Armadas do Brasil foram quebrados, como aquele que afirma que a presença de mulheres afeta a moral e a coesão das tropas, ao contrário, estudos demonstram que a integração melhora a moral e o profissionalismo dos combatentes.

4 O ACORDO DE COOPERAÇÃO NAVAL BRASIL-NAMÍBIA

Fruto da iniciativa brasileira nas Nações Unidas, foi criada, em 27 de outubro de 1986, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), devidamente apoiada pela maioria dos países costeiros sul-americanos e africanos, que seria voltada à preservação da paz e da segurança na região, fulcro na proteção do meio ambiente marinho e a cooperação científica e tecnológica. (Medeiros, 2003; Almeida, 2012).

O Brasil reconheceu a independência da Namíbia da África do Sul em 1990, um país com uma das menores taxas mundiais de densidade demográfica e possuidor de uma

² Disponível em:

[http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_cadn/mulheres_nas_forcas_armadas-_desenvolvimento_historico-juridico_da_participacao_feminina_na_defesa_nacional_final_\(1\).](http://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/artigos/XIII_cadn/mulheres_nas_forcas_armadas-_desenvolvimento_historico-juridico_da_participacao_feminina_na_defesa_nacional_final_(1).) Acesso em: 20 set. 2019.

considerável faixa de seu território desértica. “O país é grande produtor mundial de chumbo e tem significativas reservas de urânio e diamante, esse último em quantidade ponderável no solo e subsolo de seu mar territorial” (Medeiros, 2003, p.145).

No início de 1992, em visita oficial ao Brasil, o Ministro da Defesa da Namíbia solicitou apoio à Marinha brasileira para a criação da Ala Naval da Força de Defesa de seu país (Medeiros, 2003). Em março de 1994, foi assinado o Acordo de Cooperação Naval Brasil- Namíbia (ACNBN), uma “Experiência ímpar para a MB, o acordo exigiu a atuação coordenada de seus diferentes setores para atender às necessidades relacionadas à formação da força naval daquele país” (Almeida, 2012, p.38). Esse mesmo autor destaca que foi criada, em 2 de maio de 1994, a Missão Naval Brasileira na Namíbia (MNBM), iniciando as suas atividades, com a inclusão no Corpo de Aspirantes da EN dos primeiros quatro estudantes namibianos.

Os futuros oficiais da Marinha namibiana eram oriundos, em sua grande maioria, do exército namibiano, restando uma pequena parcela procedente do voluntariado civil. Para formar o militar da Marinha namibiana no Brasil, o candidato indicado por aquele país era submetido a testes de conhecimento acadêmico e de avaliação psicológica e física, participando na EN de um estágio de adaptação pré-graduação de um ano, onde são ministradas aulas de matemática, português e inglês.

Conforme dados obtidos na Secretaria Acadêmica dessa IES militar, 21 Guardas-Marinha da Namíbia foram formados nesses 28 anos de cooperação no campo educacional. Como informação adicional e para uma futura pesquisa, o Adido de Defesa da Namíbia informou-nos por correio eletrônico que a sua Marinha também forma os seus oficiais na Alemanha, África do Sul, nos Estados Unidos da América e Rússia.

5 MIGRANTES TEMPORÁRIOS E ESTUDANTES EM IES MILITAR BRASILEIRA

O conceito de migrante temporário especial seria a pessoa que se desloca por vontade própria para uma formação acadêmica em um outro país de acolhimento, por um período

de tempo determinado, retornando ao término do período da graduação ou pós-graduação. É um processo social, inserido também num campo de tensão cultural e política, além de individual e coletiva. Os programas de mobilidade acadêmica se destacam como uma das principais formas de internacionalização da educação superior.

Honorato (2019) realizou pesquisas com os alunos estrangeiros que fazem sua formação superior na EN. Um dos estudos tratou do período de estágio, antes da matrícula formal no curso superior de formação. Os sujeitos da pesquisa foram oito jovens com média de idade de 22 anos, de países da África (Namíbia, Nigéria e Senegal) e Ásia (Líbano), da turma de 2013. As considerações finais retrataram a maior apreensão dos estudantes estrangeiros com a reprovação, e no caso dos namibianos, na disciplina de português, visto que sua língua oficial é o inglês. Para concluir, Honorato (2019) desvela-nos que é importante reconhecer e valorizar a diversidade cultural e linguística desses alunos, respeitando as diferenças, as identidades étnicas, os sistemas de crenças e valores aos quais pertencem.

6 ANÁLISES E DISCUSSÃO DA ENTREVISTA

Conforme apresentado anteriormente na metodologia, o sujeito deste estudo é uma estudante da Namíbia, que cursa, em 2022, o segundo ano da formação de oficiais da Marinha do Brasil. A entrevista foi autorizada pelo Sr. Superintendente de Ensino da Escola Naval. Foi-lhe apresentado o termo de consentimento livre e esclarecido e, como anonimato da fonte, a Aspirante foi nominada de Alice. Como apresentado em Goldenberg (2004), um dos óbices de uma entrevista é a possibilidade que o entrevistador afete o entrevistado; assim, este autor solicitou ao SOEP que a realizasse, sendo realizada pela chefe do serviço, professora-doutora em Psicologia e pela antiga professora de língua portuguesa da Asp. Alice.

A entrevista foi semiestruturada, tendo sido preparado um roteiro com 19 perguntas iniciais, que está disponível no Apêndice A deste artigo. As questões foram as mais diversas possíveis, principalmente ligadas a motivação em estudar no Brasil e em uma instituição superior militar, as dificuldades, a distância da família, projetos futuros, convivência com os demais integrantes do corpo discente, relação com as colegas mulheres, recomendações para

futuras mulheres aspirantes estrangeiras, mudanças em sua vida pessoal e profissional, os desafios futuros ao retornar ao seu país como oficial, entre outras perguntas.

A entrevista foi realizada em ambiente tranquilo, em uma sala de aula, no período da tarde, do dia 22 de julho, com um total de cerca de 46 minutos, e a entrevista foi transcrita para a realização das análises devidas. O fulcro deste estudo é ser um termômetro em relação a sua experiência na (con)vivência diária, as dificuldades de adaptação à nossa cultura, o problema de as aulas serem em português, língua não oficial na Namíbia, e à adaptação vida acadêmica e militar, em especial na construção de sua identidade social e individual.

São apresentados, portanto, os principais pontos levantados na entrevista em si, gerando, em alguns momentos, transcrições das falas da Asp. Alice que corroboram o que se visualiza como importante para responder à questão de pesquisa.

Importante destacar que a referida aspirante era militar em seu país, cabo. Foi a partir do contato de um oficial da própria Marinha namibiana que surgiu o convite para que ela fosse fazer sua formação para ser uma oficial na Escola Naval brasileira, o que prontamente ela aceitou. A seleção foi apenas uma entrevista, sem outras formalidades. Segundo a Asp. Alice, foram efetivadas perguntas sobre a Marinha namibiana, e como ela reagiria aos desafios de sua ida para um outro país.

Uma importante constatação, que reforça a necessidade de um período de adaptação acadêmica de um ano antes da matrícula na graduação, foi a resposta à pergunta se ela sabia português: “Eu não sabia de nada de português”. Continuando, foi questionada se precisava saber português para ser estudante no Brasil, e a resposta foi clara, sim, “[...], mas o problema é que não teve tempo para a gente estudar”. Este autor considera o tema da língua portuguesa de um estudante migrante de suma importância, já diagnostica em outros artigos. A Asp. Alice não tinha sido informada sobre o estágio de adaptação de um ano, em que a disciplina de português é obrigatória. O primeiro desafio já foi vislumbrado, o de aprender em um ano a língua que será a da sua formação superior.

A entrevistada chegou no Brasil em 2020, tinha 21 anos, com mais dois estudantes namibianos. Ao ser perguntada se conhecia algo sobre o Brasil, ela respondeu que não, que realizou uma pesquisa pela internet, pontos turísticos e apenas imaginava como deveria ser a

cidade do Rio de Janeiro. Numa relação que passou a ser de distanciamento da família e de seus amigos, foi perguntado como foi a reação da sua família de que você viria passar alguns anos fora de casa? E assim podemos desvelar um outro desafio, o da distância dos entes queridos, ao transcrever o que a Asp. Alice afirmou:

A minha mãe não estava bem com isso, mas se a minha irmã ela queria isso porque eu já queria estudar no exterior; já queria isso. A minha irmã estava muito feliz comigo, mas a minha mãe e o meu pai também não estava bem, estava triste porque que eu vou ficar lá longe dela.

Um ponto considerado relevante na vinda de estrangeiros é a acolhida que possam ter no novo país. Ao ser perguntado sobre o Brasil e a sua chegada, a Asp. Alice participou que conheceu Brasília, ao ser convidada junto com outros alunos namibianos de IES civis para conhecerem o seu embaixador que mora na capital brasileira. Outro ponto de destaque foi ter sido convidada por colega do terceiro ano para conhecer a sua família, moradora que era da Ilha do Governador. Um compatriota do terceiro ano informou das principais situações e ações iniciais que teria que fazer no Rio de Janeiro, e por curiosidade, um comentário foi o de trazer bastante roupas, “[...] eu trouxe muitas roupas eu achava eu vou sair eu vou utilizar essas roupas”.

Ao abrir para que a estudante namibiana pudesse recomendar para uma jovem estrangeira que estivesse chegando ao Brasil para estudar na Escola Naval, ela participou que: “Eu posso recomendar pra ela, eu acho que pra se ela tivesse tempo tem que estudar bastante matéria de matemática porque essas são matérias muito difíceis na Escola Naval”. O que foi verificado nos estudos de Honorato (2019, 2020) a dificuldade na conclusão dos cursos de graduação da EM por jovens que não tem uma base propedêutica nivelada ao Brasil, um óbice reconhecido como motivador das desistências durante a graduação.

Continuando nesse mesmo diapasão, Alice corrobora a necessidade de um bom relacionamento pessoal com os demais Aspirantes, colegas de caserna. Em relação as amizades, foi difícil no início, mas em função da barreira da língua, pois não entendia se estavam falando dela, não sabia, e ficava ‘chateada no começo’, tanto que ela solicitou acompanhamento de uma psicóloga do SOEP da instituição, onde a terapia foi em português e inglês. Tal fato demonstra a necessidade de bem receber todos os estudantes no início da

formação, em especial os estrangeiros que têm, além do distanciamento familiar, a barreira da língua.

O ano zero, ou seja, antes da matrícula na graduação, Alice afirma que foi muito difícil, em especial pela barreira da língua e as aulas de matemática, onde teve até que ter apoio psicológico da escola. O que é confirmado pela dificuldade inicial também de se deslocar pela cidade do Rio de Janeiro, quando, junto com os colegas estrangeiros e brasileiros, passaram a andar em grupos, o que diminuiu o seu stress inicial de estar em uma cidade diferente da sua cidade natal e que falam uma língua que ainda não entendia totalmente. Assim, com o apoio dos colegas e do SOEP da instituição, pode melhorar o seu relacionamento interpessoal.

Uma dificuldade atualmente exposta foi entender como funciona o chamado conceito, que avalia o comportamento militar, pois não está bem pontuada neste quesito militar. Ocorreu um problema de ordem disciplinar no camarote que Alice e mais oito colegas, todas do segundo ano, ocupam, e todos os conceitos foram diminuídos. A convivência entre as colegas de camarote e as demais Aspirantes mulheres foi informada como muito boa.

Em relação aos demais integrantes do corpo discentes, Alice comentou que não existem problemas de relacionamento, mas uma situação a deixa com “raiva”, pois ainda é comentado pelos estudantes homens que as colegas são privilegiadas, ou no jargão naval, “cochadas”, ou poderíamos dizer protegidas. Em 2014, quando da entrada da primeira turma de mulheres Aspirantes, tal fato já era comentados por suas integrantes, uma questão que parece, ser recorrente atualmente também.

Ao ser perguntada sobre o seu relacionamento com os docentes da instituição, Alice comenta que não há problemas e que eles a ajudam em suas necessidades acadêmicas. No contato com os oficiais, integrantes do Comando do Corpo de Aspirantes, ela não tem muito contato. Ela ainda comentou que faz parte de duas equipes esportivas, as equipes de tiro e a de atletismo, sendo essa última na modalidade de corrida de fundo, e que ainda não participou de competições externas, apenas dentro da instituição.

Uma questão conspícua para o tema foi o que mudou em você nesses quase três anos de Brasil e de formação superior militar. A respondente participou que era tímida, que falava pouco e que tinha dificuldades, já retratadas, da barreira do não entendimento do português. Atualmente a timidez diminuiu, se comunica melhor, interagindo com as pessoas, tudo adveio com certeza com um aprendizado na língua portuguesa e do acolhimento dos seus pares.

Como penúltima pergunta, Alice foi questionada sobre o seu futuro ao retornar ao seu país como oficial, que desafios encontrará. A resposta foi simples e direta, que ela “não pode dizer sim, ainda está em treinamento, em formação”, sendo a sua preocupação futura será o de liderar outras pessoas, mas que está tentando diminuir a sua timidez, conseguindo expor os seus sentimentos. A sua ideia primeira era ser médica, mas não tinha condições financeiras, por isso mesmo foi voluntária para ser cabo na Marinha namibiana.

Ao finalizar a entrevista, foi aberto pela entrevistadora para que Alice compartilhasse com as pessoas sobre sua construção como uma mulher estrangeira em um outro país na sua vivência da formação acadêmica militar. Foram palavras simples, diretas e com significado que este autor considerou de suma importância no que tange a diminuição dos óbices e transposição dos desafios, e assim, Alice termina a entrevista: “Na vida não tem nenhuma coisa difícil, aquilo que você quer conseguir, você vai conseguir [...] Não tem nada difícil na vida”.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existe um aumento da participação das mulheres em diversas ocupações profissionais, até pouco tempo notadamente masculinas. Toda essa evolução e os movimentos para equalização de oportunidades entre homens e mulheres não poderiam deixar o trabalho nas Forças Armadas fora deste processo, pois enquanto as mulheres estiverem excluídas deste círculo restrito, as instituições não desenvolveriam todo o seu potencial. Somamos a essa necessidade de inclusão com equidade o migrante temporário e especial que vem estudar em uma IES militar, no caso a primeira mulher Aspirante de um país amigo, a Namíbia.

Fruto inicial de um Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia, assinado em março de 1994, que no campo da formação de seus oficiais, verificamos mais de vinte oficiais oriundos da Escola Naval, estruturante na constituição de uma força naval namibiana. No navegar ainda na formação superior militar, destacamos que com o advento da entrada das mulheres, agora também estrangeiras, nas lides dos oficiais de carreira tendo a mesma origem acadêmica, representam inicialmente uma vocação, com a assimilação dos valores militares em suas vidas profissionais.

A Aspirante namibiana Alice, um exemplo de vontade de realização pessoal com o aprimoramento profissional, caminhou como militar técnico em seu país, era cabo, passando a caminhar, a convite com breve seleção, pelo solo sagrado da Ilha de Villegagnon. Os óbices iniciais foram participados na entrevista, como o desconhecimento do que seria o Brasil e a cidade do Rio de Janeiro, pois nem todas as informações podem ser obtidas pela internet. Outro desafio foi o da barreira da língua, viver e estudar em um país de língua diferente da sua nativa, tendo que se dedicar a ultrapassar com celeridade para poder acompanhar as aulas e poder ter, em certa medida, uma vida social tanto na cidade quanto com os demais colegas de farda e de convivência diária.

Alice chegou ao Brasil em 2020, participando do estágio de adaptação a vida acadêmica, que é de um ano, onde tem aulas de português, matemática e inglês, ou seja, um nivelamento para que os próximos quatro anos de graduação sejam cumpridos sem nenhum atropelo ou reprovação, comum numa IES militar cujo DNA é das ciências exatas, com uma forte carga de disciplinas como cálculo e física no primeiro ano, consideradas como responsável pela não aprovação e continuação dos estudos. Porém, Alice está no segundo ano da Escola Naval, conseguindo, com sua força de vontade e perseverança, ultrapassar o “sarrafo da reprovação”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cláudio Henrique Mello de. **A presença da China na costa ocidental da África – o caso da Namíbia**: implicações para o poder naval brasileiro. 2012, 155f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Guerra Naval. 2012.

ALVES, Diego. **A história das primeiras mulheres piloto de combate do Equador**. Cavok Brasil. 2020. Disponível em: <https://www.cavok.com.br/a-historia-das-primeiras-pilotos-de-combate-do-equador>. Acesso em: 01 jul. 2022.

ANDRADE, Sheila Aragão de; PERES, Helena Maria. **Mulheres a bordo: 30 anos da mulher militar na Marinha do Brasil**. Rio de Janeiro: Hmperes & Associados, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2. ed. Tradução Sergio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto-de-Lei do Senado nº 323, de 24 de outubro de 1979**. Dispõe sobre o ingresso voluntário de mulheres nas Escolas Militares de Nível Superior e dá outras providências. Brasília, DF: Secretária-geral da Mesa, 1980. Autoria: Senador Orestes Quécia. PLS rejeitado e arquivado em 11 ago. 1980.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.541, de 18 de dezembro de 2017**. Altera a Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que “Dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13541.htm. Acesso em: 15 nov. 2022.

CARREIRAS, Helena. Mulheres em contextos atípicos: lógica de exclusão e estratégias de integração feminina nas Forças Armadas. **Etnográfica**, Lisboa, v. 8, n. 1, p. 91-115, 2004.

CASTRO, Mônica Rabello; FERREIRA, Gisele; GONZALEZ, Wania Regina Coutinho. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Nova Iguaçu, RJ: Marsupial, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Metodologia do ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2009.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2004.

HONORATO, Hercules Guimarães. **Relato de uma experiência acadêmica: o “eu” professor-pesquisador**. v.1. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

HONORATO, Hercules Guimarães. **Relato de uma experiência acadêmica: o “eu” professor-pesquisador**. v.2. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

HONORATO, Hercules Guimarães. **Relato de uma experiência acadêmica: o “eu” professor-pesquisador**. v.3. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

MEDEIROS, Roberto de Carvalho de. O Acordo de Cooperação Militar Brasil-Namíbia como instrumento de Consolidação da Cooperação do Atlântico Sul. **ADN**, n.795, jan./abr.

2003. Disponível em:
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:rede.virtual.bibliotecas:artigo.revista:2003;1000752312>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MENDES, Luciana Cunha Klem de Barros. **Subsídios sobre a presença da mulher na MB**. Brasília, DF: Centro de Comunicação Social da Marinha, 2010.

SANTOS, Augusto Cesar A. dos. O emprego de aviadoras na aviação de caça da Força Aérea Brasileira. **Revista da UNIFA**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 21, p. 35-47, dez. 2006.

Recebido em: 30/09/2025

Aceito em: 30/11/2025

Publicado online em: 08/12/2025